



Teodolito astronômico (1994/0165), Acervo MAST (Foto: Jaime Acioli, 2010).

AS POLÍTICAS DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO NA ARENA FEDERAL SOB A GESTÃO DE RENATO SOEIRO (1967-1979)

Daniela Carvalho Sophia*

1. Introdução

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) se constitui no órgão brasileiro responsável pela formulação e execução das políticas relacionadas ao patrimônio. No IPHAN, vêm sendo discutidos, por representantes dos gestores governamentais setoriais e da sociedade civil, as principais estratégias nacionais de operacionalização da política de preservação do patrimônio. Foi instituído em 1937 por meio da Lei nº 378 de 13 de janeiro, na época denominado Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), com a finalidade de promover o tombamento, a conservação, o enriquecimento e o conhecimento do patrimônio histórico e artístico nacional.

As décadas de 1960 e 1970 foram fundamentais para a tomada de consciência, por parte da gestão pública, da importância da preservação do patrimônio histórico, o que pode ser confirmado por meio do exame e da descrição das políticas públicas que buscaram constituir iniciativas para inibir as constantes ações de destruição do patrimônio brasileiro. No Brasil, durante a segunda metade da década de 1960, na esteira dos movimentos políticos pela manutenção e implementação da ditadura militar, inicia-se, após 38 anos, uma mudança no quadro institucional do IPHAN. O período que vai do final dos anos 60, especificamente após a aposentadoria do arquiteto Rodrigo Melo Franco de Andrade, em 1967, até o fim dos anos de 1970 deve ser examinado como um momento importante de atuação do Governo Federal na área do patrimônio

* Doutora em História das Ciências (COC/Fiocruz) e Pesquisadora da Coordenação de Museologia do Museu de Astronomia e Ciências Afins (CMU/MAST). E-mail: danielasophia@gmail.com

brasileiro, especificamente versando sobre o desempenho da instituição federal responsável pela preservação do patrimônio, o IPHAN.

Afinadas com as determinações do governo militar, as experiências em tela sugerem dois tempos históricos relacionados entre si: o primeiro, no ano de 1967, marca o momento em que Rodrigo Melo Franco de Andrade, presidente do órgão desde 1938, aposenta-se e, em seu lugar, posiciona-se o arquiteto Renato Soeiro¹. Esse período foi marcado pela adequação do perfil das políticas de patrimônio às novas circunstâncias do país. Na segunda fase, delimitada pelos anos de 1972 e 1979, há um marco significativo na trajetória política da Instituição, quando a direção do órgão passa a direcionar suas ações para os conjuntos históricos com categoria de bens a serem revistos e tombados. A maior expressão de então se encontra na criação do Programa de Cidades Históricas (PCH), em 1972.

Neste capítulo, o objetivo é apresentar um breve histórico da construção das políticas públicas relacionadas à proteção do patrimônio entre os anos de 1967 e 1979 com vistas a sistematizar algumas questões a serem aprofundadas por aqueles que trabalham nos espaços de gestão estatal. O texto resulta dos dados da pesquisa *O Conselho Consultivo do IPHAN: uma análise do processo de tombamento*, empreendida no âmbito da Coordenação de Museologia do Museu de Astronomia e Ciências Afins (CMU-MAST). Criado em 2011 na CMU-MAST, o projeto **vem constituindo uma base de dados com o objetivo de identificar o perfil dos bens tombados** no contexto das atividades do Conselho Consultivo do IPHAN. A partir das discussões e encaminhamentos dos processos apreciados por essa instância, o projeto visou levantar, examinar e discutir a formação das políticas relacionadas à preservação do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, considerando a gama de intencionalidades presentes nesta arena².

¹ Renato Soeiro, no momento em que assumira o cargo de diretor do Instituto, já acumulara diversas funções naquele mesmo órgão. Recém-diplomado em Arquitetura pela Escola Nacional de Belas-Artes pela Universidade do Brasil, ingressou em 1938- diga-se de passagem- ano de criação do próprio instituto- como assistente técnico de terceira classe e foi nomeado, em 1946, diretor da Divisão de Conservação e Restauração da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, função que exerceu até o ano de 1967, data em que passa a presidir o órgão no lugar de Rodrigo Melo Franco de Andrade (Arquivo Noronha Santos).

² O Conselho Consultivo é coordenado pelo presidente do IPHAN e é composto por 18 membros da sociedade civil que atuam em áreas afins do Instituto, como antropólogos,

Em 2011, ano de criação do projeto no MAST, já se tornara evidente que o exercício da gestão pública do patrimônio brasileiro demandava um acompanhamento permanente do processo de formulação e operacionalização das estratégias nacionais pelos atores participantes em sua implementação nos três níveis de governo. O setor contava com algumas iniciativas e publicações relevantes como a *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, publicada pelo Instituto, que divulga os principais temas em debate na gestão setorial e sistematiza informações estratégicas. A efetivação das mudanças políticas, sobretudo após a criação do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), em 2009, exigia não somente a atualização das informações governamentais, mas, principalmente, a criação de conhecimentos sensíveis às novas circunstâncias da gestão pública do patrimônio brasileiro.

Tais preocupações atenderiam um dos pontos principais no âmbito da missão do MAST constante em seu Plano Diretor 2011-2015, a saber, o de que o MAST teria como missão precípua a valorização do patrimônio histórico brasileiro de ciência e tecnologia como elemento fundamental da identidade nacional. A proposta do projeto partia justamente do pressuposto de que o compartilhamento de conhecimentos entre técnicos e profissionais da área do patrimônio, que operam o cotidiano da política pública, em muito ajudaria no desenvolvimento de alternativas que contribuíssem na tomada de decisões e, conseqüentemente, promovessem maior eficácia e eficiência nas ações formuladas para o setor.

Com esse intuito, o projeto foi desenvolvido visando criar um canal novo e mais ágil de produção de informação para a tomada de decisões, por meio da criação de um banco de dados contendo o perfil dos tombamentos realizados no IPHAN desde sua criação, no ano de 1938. Sob a perspectiva adotada neste projeto, o tombamento está inserido em um contexto caracterizado pela disputa de interesses, grupos, versões e visões da política e, por isso, consideramos nesse projeto o tombamento como um processo político e cultural dinâmico, no qual os bens são submetidos à valoração. Instituído no ano 1937, no governo de Getúlio Vargas, o tombamento de bens culturais se constitui como um dos principais instrumentos do Estado no processo de implementação da política de

museólogos, arquitetos, urbanistas e historiadores. Também compõem o Conselho um representante do Instituto dos Arquitetos do Brasil -- IAB, além de representantes do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios Históricos -- Icomos, do Museu Nacional e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis -- Ibama.

preservação do patrimônio cultural³, assim como consolidou na memória social uma ideia unívoca de patrimônio nacional. A partir do tombamento, tais bens passam a compor o conjunto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, cuja proteção é justificada por serem considerados portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira⁴. Essas informações foram complementadas por dados levantados no Arquivo Central do IPHAN, especificamente na série Arquivo Técnico e Administrativo e outros obtidos junto a relatórios divulgados na página do Instituto, no Portal de Periódicos da CAPES e na biblioteca do MAST.

No que tange às escolhas metodológicas, este capítulo, desdobramento das discussões ocorridas no âmbito do Projeto, vincula-se ao conjunto de trabalhos que examinam as políticas voltadas para a preservação do patrimônio brasileiro. No país, a literatura vem enfatizando o papel do Estado na preservação de seu patrimônio. Nas duas últimas décadas, alguns estudos têm sido empreendidos por historiadores, antropólogos, museólogos e juristas sobre a gênese e a configuração das políticas de patrimônio no país. O IPHAN - como instituição definidora de conhecimentos, normas e práticas sociais vinculadas ao campo do patrimônio - tem atraído a atenção de pesquisadores interessados no conhecimento da produção intelectual e na avaliação de seu legado para determinados períodos da história. Nessa linha de investigações, tomamos como base aquelas que delineiam as políticas de patrimônio no contexto brasileiro (CHUVA, 2009; CORRÊA, 2012; FONSECA, 2009).

³ Decreto-lei nº 25 de 30 de novembro de 1937 que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.

⁴ Instituído no ano 1937, no governo de Getúlio Vargas, o tombamento de bens culturais se constitui como um dos principais instrumentos do Estado no processo de implementação da política de preservação do patrimônio cultural. A partir do tombamento, tais bens passam a compor a coleção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, cuja proteção é justificada por serem considerados portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. Atualmente, o país conta com aproximadamente 21 mil edifícios e 79 centros e conjuntos urbanos tombados pelo IPHAN - órgão responsável pela preservação do patrimônio nacional. Juntamente a esta coleção, somam-se 9.930 sítios arqueológicos cadastrados, mais de um milhão de objetos e cerca de 800 mil volumes bibliográficos, documentação arquivística, registros fotográficos, videográficos, além do Patrimônio Mundial. Esses bens compõem o acervo do chamado Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, instituição criada em 1937 por meio do decreto 25 (30.12.2012).

O trabalho está dividido em três partes. Na primeira, apresenta-se o contexto da formulação e implementação de políticas públicas relacionadas ao patrimônio no período 1967-1979, tendo como base a bibliografia disponível sobre o tema e os dados levantados no banco de dados da pesquisa. A seguir, descreve-se a formulação e implementação do Programa de Cidades Históricas, política idealizada e implementada no âmbito da Secretaria de Planejamento da Presidência da República com a consultoria e acompanhamento do IPHAN. Na terceira parte, apresenta-se o relato da mudança institucional ocorrida no IPHAN, que passa a se constituir como secretaria no âmbito do Ministério da Educação e Cultura - Secretaria de Proteção do Patrimônio História e Artístico Nacional (SPHAN) e, ademais, cria-se também a Fundação Pró-Memória, mudança que será abordada adiante.

2. Políticas de Patrimônio sob o Signo da Ditadura: discurso desenvolvimentista e riscos ao patrimônio

No dia 13 de julho de 1966, em uma pequena nota publicada no *Jornal do Brasil* intitulada “Consciência histórica”, afirmava-se que a “**defesa do patrimônio histórico e artístico** nacional há de depender mais da formação de uma **mentalidade do que propriamente de providências legais ou administrativas que o governo venha a tomar**”. O comentário deixa entrever uma geração de servidores públicos e intelectuais vindos de conceituadas universidades públicas e que parecem compartilhar semelhantes certezas. É importante destacar que o grupo não surgiu coeso e com clara consciência de seus objetivos. E é esta circunstância que torna suas atividades e ações na gestão pública um lugar de observação de formação de consciências e políticas públicas para a área.

No campo do patrimônio brasileiro, as décadas de 1960/70 são marcadas pela busca de referências de orientação de grandes transformações no ideário e nas práticas voltadas à preservação do patrimônio brasileiro, capitaneada pelo IPHAN⁵. Esta geração, uma vez caracterizada pela importância que representou sua forma de lidar com os problemas decorrentes do atraso, da pobreza e da dependência econômica diante da necessidade de preservação do patrimônio

⁵ Ressalta-se aqui o protagonismo da Secretaria de Planejamento na condução das políticas públicas relacionadas ao patrimônio.

histórico, oferece ao investigador sugestões de pesquisa, ricas e complexas, quanto a significadores ideológicos desse estilo.

Uma abordagem sumária das ações do Instituto no período permite desde logo vislumbrar a possibilidade de traduzir processos políticos - que o Instituto e seu conselho consultivo formularam um conjunto de ideias de que a proteção aos conjuntos deveria ser a guia-mestra na formulação e implementação das políticas públicas relacionadas ao patrimônio. Em diversos documentos resultantes deste tipo de abordagem, apareciam observações que, de um lado, destacavam a industrialização de regiões até então abandonadas, a forma como a abertura de estradas contribuía para promover o acesso a áreas afastadas, falava-se da existência de um país novo, próspero, em constante transformação; dotado, enfim, de imensos recursos potenciais, com uma população em rápida expansão e uma cultura original, gerando com isso aumento da demanda populacional, assim com a difusão do turismo (SPHAN, 1980, p.32). Por outro lado, podia-se perceber a preocupação com a degradação e os riscos ao patrimônio. É importante ressaltar que, entre os anos de 1967 e 1979, o IPHAN, catalisado pelas políticas empreendidas no regime militar, parece ter contribuído para congregar diversas iniciativas que estavam em sintonia com a ideia de desenvolvimento e de patrimônio promovidos pelo Estado brasileiro e por organismos internacionais.

Essas referências surgem, então, no pensamento dessa geração como imagens de grande força simbólica a expressar contrastes sociais e, no limite, o antagonismo de diferentes formas de organização social e cultural. Nessa visão, os gestores da Instituição observavam, de um lado, a existência de um país novo, próspero, em constante transformação; dotado, enfim, de imensos recursos potenciais e culturais, com uma população em rápida expansão e uma cultura original e vigorosa; e, de outro, uma sociedade velha, miserável, imóvel. Mantendo por toda parte o estreito contato, esses dois brasis, tão diferentes, estão unidos pelo mesmo sentimento nacional.

Nos idos de 1960, importantes transformações econômicas e sociais contribuem para alterar o quadro e as prioridades dadas pelo governo na área do patrimônio a ser tombado. O modelo de desenvolvimento seguido era o de base urbano-industrial, que destaca a cidade como bem de consumo para o bem de produção. Nas cidades e centros históricos, ocorre um intenso processo de urbanização: crescimento acelerado e pressão demográfica, metropolização de

algumas regiões, implementação de indústrias em seus arredores e abertura de estradas (CORRÊA, 2012). Na área econômica, o referido período caracteriza-se pela proeminência do chamado “**milagre econômico**” presente no país entre os anos de 1969 e 1973, tendo se caracterizado por um crescimento econômico e baixas taxas de inflação (FAUSTO, 2001, p.268).

É justamente a presença da ideia concernente à superação do fosso entre os dois brasis, representada, ao longo dos anos 1970, pela implementação do Programa de Cidades Históricas (PCH), que irá acompanhar o grupo gestor do IPHAN. Todo esse cenário resultou na preocupação em identificar o papel dos centros históricos na nova cidade capitalista, considerando a contradição existente entre desenvolvimento e preservação, tema que se apresentava naquele momento na pauta de debates.

Neste período, as políticas públicas levadas a cabo pelo IPHAN e por outros órgãos formuladores de diretrizes relacionadas à proteção do patrimônio, como a Secretaria de Planejamento da Presidência da República (SEPLAN/PR), visaram, pois, conciliar o desenvolvimento das regiões com a preservação dos valores tradicionais. O ponto-chave era examinar que, se por um lado, tais fatores poderiam ser positivos para o enriquecimento e desenvolvimento das regiões, por outro poderiam representar graves riscos ao patrimônio. No Brasil, destaca-se a criação, em 1966, do Conselho Federal de Cultura no processo de formulação deste ideário. Chama-se atenção aqui que estiveram presentes na reunião questões como a de preservação de sítios históricos ou de conjuntos arquitetônicos – e não apenas edificações isoladas como pontos de pauta na arena (CALABRE, 2008, p.65)⁶. Inicia-se, assim, neste novo contexto, uma nova política de tombamento, voltada para a preservação dos conjuntos, que viria a se constituir em um dos eixos de atuação do IPHAN no período.

Vislumbrava-se, nesse cenário, uma preocupação maior em enfrentar não somente o monumento isolado, mas, sobretudo, *a moldura onde se insere, a ambiência que lhe é própria ameaçadas que estavam pelas grandes obras públicas e particulares que no país se realizam; portos modernos se instalam,*

⁶ Por meio do decreto-lei n° 74, foi criado, naquele ano, o Conselho constituído por 24 membros diretamente nomeados pelo Presidente da República. Dentre as atribuições enumeradas, destaca-se a cooperação na defesa do patrimônio histórico e artístico nacional. Havia, no decreto de criação, um artigo especial dedicado à câmara do patrimônio.

novas estradas se abrem destruindo vestígios pré-históricos e históricos, complexos industriais se levantam alterando ou repercutindo desfavoravelmente no monumento e no seu entorno, concorrendo para a sua descaracterização e mesmo destruição. O aumento das populações nos próprios conjuntos tombados provoca a introdução de novas construções ou alterações nas existentes em proporções prejudiciais aos núcleos originais protegidos (Arquivo Técnico Administrativo - manuscrito Renato Soeiro).

Como resultado de tal abordagem, as intervenções em núcleos históricos deveriam ser realizadas partindo-se de duas ópticas: a econômica e a cultural. Sob a óptica econômica, o núcleo deveria ser considerado como algo produtivo, de intercâmbio e de reprodução do espaço econômico; no segundo caso, é compreendido a partir de uma visão sociológica e cultural, como maneira de uma linguagem urbana de integração entre os diferentes agentes sociais e que proporcionam à comunidade sinais de identidade (SPHAN, 1980, p.153). As cidades eram, dessa forma, compreendidas enquanto produtoras de capital e bem de consumo e o patrimônio, como fator de desenvolvimento econômico por meio do turismo (CORREIA, 2012, p.122).

No desenvolvimento dessa discussão, os organismos internacionais tiveram um importante papel na formação das políticas do período contribuindo para alavancar as ações no país relacionadas à proteção aos conjuntos. A Carta de Veneza, divulgada em 1964, por exemplo, considerada como um dos principais documentos internacionais da área de preservação, estabelece que o *Monumento é inseparável do meio onde se encontra situado*. Torna-se necessário, no âmbito das políticas públicas, considerá-lo, portanto, não somente como excepcional, mas, sobretudo, vislumbrar seu tecido e a moldura em que se insere. Além dessa, destacam-se as Normas de Quito, publicadas em 1967 após um encontro internacional promovido pela Organização dos Estados Americanos (OEA), no Equador. Nas normas publicadas, *o espaço era compreendido como inseparável do conceito de monumento e, portanto, a tutela do Estado pode e deve se estender ao contexto urbano, ao ambiente natural que o emoldura e aos bens culturais que o encerram* (IPHAN, 1967). Neste encontro, vislumbrou-se a possibilidade de articular os interesses econômicos à preservação do patrimônio cultural; o patrimônio cultural deveria ser compreendido, pois, como parte integrante dos recursos econômicos dos países.

3. Políticas Públicas Relacionadas ao Patrimônio no Contexto Desenvolvimentista

No Brasil, tornava-se cada vez mais necessário encaixar o patrimônio dentro do novo contexto caracterizado pelo desenvolvimento e crescimento urbano. Antes, é preciso lembrar que, até 1969, o perfil das políticas públicas levadas a cabo pelo IPHAN recaía nos tombamentos dos monumentos arquitetônicos. Segundo Maria Cecília Londres Fonseca, “do total de 803 bens protegidos, 368 são de arquitetura religiosa, 289 de arquitetura civil, 43 de arquitetura militar, 46 conjuntos, 36 bens móveis, 6 bens arqueológicos e 15 bens naturais” (FONSECA, 1997, p.113). Os conjuntos tombados no período se constituíam, fundamentalmente, nas seis cidades de Minas Gerais inscritas em 1938. Tais conjuntos tombados eram compreendidos ou como obras de arte excepcionais ou porque estariam imersas em um tal estado de estagnação econômica que seu tombamento em nada as abalaria (CORRÊA, 2012, p.70).

Tal abordagem começa então a ser fortemente alterada, a partir dos anos 60, quando os tombamentos passaram a ser compreendidos, enfim, como instrumento de política urbana no contexto de um Estado desenvolvimentista. O ponto de partida para a mudança de orientação política ocorreu sob a gestão de Rodrigo Melo Franco de Andrade⁷. A partir de 1965, a Unesco inicia um programa de desenvolvimento do turismo vinculado ao patrimônio cultural e natural. O Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN), por meio de uma solicitação de seu presidente, pleiteia e consegue apoio técnico do organismo internacional, tendo recebido diversos consultores que visavam, em seus trabalhos, elaborar planos urbanos para as cidades históricas que estivessem em articulação com outras demais políticas públicas.

Destaca-se, ainda sob a gestão de Rodrigo Melo Franco de Andrade, a vinda ao Brasil do Inspetor Principal dos Monumentos Franceses, Michel Parent, cujo relatório passou a se constituir no documento básico sobre o assunto (SPHAN, 1980, p.32). O consultor destaca, no documento, que a inclusão no planejamento urbano do município é fator indispensável para a preservação e

⁷ O período em que esteve no comando do Instituto, passou a ser conhecido como fase heroica em alusão à sua atuação à frente da instituição (IPHAN, Nota Biográfica). Rodrigo esteve relacionado a uma geração de intelectuais modernistas, grupo composto por Gustavo Capanema, Carlos Drummond de Andrade, Pedro Nava, dentre outros.

chama atenção para a necessidade de integração aos planos de desenvolvimento globais, especialmente, de turismo, habitação e planejamento (CORRÊA, 2012, p.88). Posteriormente, outros relatórios foram elaborados como o do arquiteto Viana de Lima sobre as cidades de Outro Preto (MG), São Luiz e Alcântara (MA), e o do arquiteto Limburg Stirum sobre Paraty, todos eles consultores da Unesco. A Conversão de Paraty em monumento nacional, por meio do decreto-lei de 24 de março de 1966, foi o primeiro plano articulado para proteção de conjuntos. Seguiram-se a esse, planos para as cidades históricas de Minas Gerais, do Nordeste e Centro-Oeste, estabelecendo-se, dessa forma, condições necessárias para o desenvolvimento urbanístico adequado.

Com a aposentadoria de Rodrigo, no ano de 1967, assumira o cargo o arquiteto Renato Soeiro⁸. Sua figura representa elementos de continuidades no âmbito das políticas empreendidas pelo órgão. Sob a gestão de Renato Soeiro, estenderam-se planos para as cidades históricas de Minas Gerais, do Nordeste e Centro-Oeste. Por meio do decreto nº 68.045, de 18 de janeiro de 1971, e 72.107, de 18 de abril de 1973, a cidade de Cachoeira (BA) e o município de Porto Seguro (BA), respectivamente, foram também erigidos em monumentos nacionais.

Durante o período compreendido entre os anos de 1967 e 1979, o conselho aprovou o tombamento de 12 conjuntos. O quantitativo de conjuntos tombados por ano é apresentado na Figura 1 a seguir.

O grande número de tombamentos de conjuntos ocorreu em 1973 (2 conjuntos tombados) e 1974 (5 conjuntos tombados), respectivamente. É preciso ressaltar que o aumento no número de tombamentos, no período, relacionou-se a dois fatores. O primeiro diz respeito ao período de mudança política e deve ser observado em sua relação com as transformações que vinham ocorrendo no país a partir dos anos 1970. Essa década tem início com o país ainda sob o comando militar, e, até 1974, conheceu o ápice da repressão política. A partir daí, com a

⁸ É preciso lembrar que Soeiro - no momento em que assumira o cargo de diretor do Instituto - já acumulara diversas funções naquele mesmo órgão. Recém-diplomado em Arquitetura pela Escola Nacional de Belas-Artes pela Universidade do Brasil, ingressou em 1938 - ano de criação do próprio instituto - como assistente técnico de terceira Classe e foi nomeado, em 1946, diretor da Divisão de Conservação e Restauração da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, função que assumiu até o ano de 1967, data em que passa a presidir o órgão no lugar de Rodrigo Melo Franco de Andrade.

posse do general Ernesto Geisel, tem início um lento processo de abertura promovido pelo governo.

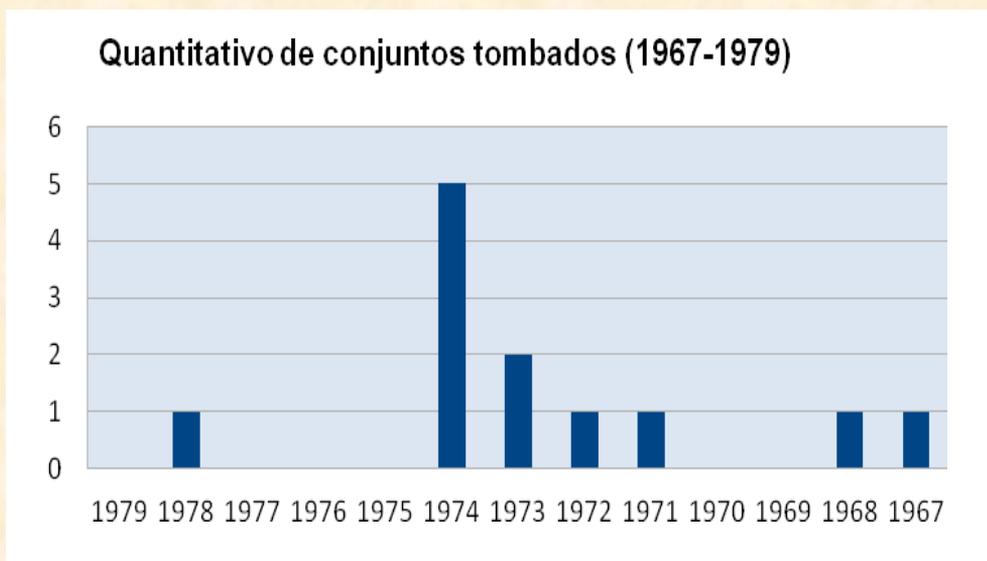


Figura1- Conjuntos tombados pelo Conselho Consultivo do IPHAN (1967-1979).Fonte: Base de dados do Projeto Políticas de Preservação do Patrimônio: uma análise dos processos de tombamento (CMU-MAST).

Já em 1974, Geisel diminuiu as restrições à propaganda eleitoral, e deu um grande salto, em 1978, com a revogação do Ato Institucional n°.5. Além disso, o governo atenuara a Lei de Segurança Nacional e permitiu a volta dos primeiros exilados políticos. De fato, o final dos anos 1970 e a década de 1980 assistiram, por toda a América Latina, a um progressivo movimento de redemocratização, com a substituição das ditaduras militares que havia décadas dominavam o panorama político continental. O segundo fator diz respeito ao processo de formulação e implementação das ações relacionadas ao Programa de Cidades Históricas.

A seguir, no Quadro 1, apresenta-se a listagem contendo os conjuntos aprovados.

Quadro 1 - Lista dos Conjuntos Tombados. Fonte: Base de dados do Projeto Políticas de Preservação do Patrimônio: uma análise dos processos de tombamento (CMU-MAST).

LISTA DE CONJUNTOS TOMBADOS (1967-1979)
Goiás, GO: Conjunto arquitetônico e urbanístico
Sítio da Trindade: Conjunto paisagístico
Paraty, RJ: Conjunto arquitetônico e paisagístico do Município
Cidade de Alcântara; Centro histórico de Alcântara; Sítio histórico de Alcântara
São Luiz, MA: Conjunto arquitetônico e paisagístico
Porto Seguro, BA: Conjunto arquitetônico e paisagístico
Lençóis, BA: conjunto arquitetônico e paisagístico
Praça da Matriz: conjunto arquitetônico e Museu de Arte e História: prédio
Igarassu, PE: conjunto arquitetônico e paisagístico
Cachoeira, BA: conjunto arquitetônico e paisagístico
Olinda, PE: conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico
São Cristovão, SE: conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico

4. A Formulação e Implementação do Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste (1974-1979)

O processo de formulação do Programa tem início com a aprovação, pelo Presidente da República, da Exposição de Motivos 301-B/72, de 1972. No documento, os Ministérios do Planejamento e da Educação e Cultura nomearam um Grupo Interministerial constituído por representantes do MEC, por meio do IPHAN, do Ministério do Planejamento, da *Superintendência* do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e da Empresa Brasileira de Turismo (Embratur), com o objetivo de realizar estudos sobre o patrimônio histórico do Nordeste e de

formular, em versão preliminar, o **Programa de Reconstrução das Cidades Barrocas do Nordeste**⁹.

É preciso lembrar que, quando o PCH foi criado, a condução dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento estava a cargo de Antônio Delfim Neto e de João Paulo Reis Velloso, respectivamente. Tal fato torna-se um indicativo das políticas a serem implementadas: enquanto Delfim Neto defendia o modelo agroexportador como medida para o crescimento econômico e a intervenção estatal na economia, João Paulo Reis Velloso daria continuidade às diretrizes do Plano Estratégico de Desenvolvimento. Todas as duas abordagens encontravam-se em sintonia com o ideário de desenvolvimento levado a cabo pelos órgãos executores da política relacionada ao patrimônio.

Como desdobramento do trabalho, por meio da Exposição de Motivos 076-B, o **Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste** foi criado com vistas à reativação econômica do estoque patrimonial do Nordeste, tendo como pressuposto a retomada de investimento público pautada em diversos planos - como o I e II Plano Nacional de Desenvolvimento. Visavam criar uma infraestrutura adequada ao desenvolvimento e suporte de atividades turísticas e ao uso de bens culturais como fonte de renda para as regiões carentes do Nordeste (FONSECA, 2009, p.143). Administrado no âmbito da SEPLAN, coube ao IPHAN a referência conceitual e técnica. De acordo com Corrêa (2012, p.142):

Se por um lado garantiu a esse órgão federal legitimidade exclusiva para análise dos aspectos relacionados às técnicas e ao partido de projeto de restauração, por outro excluiu a possibilidade da instituição opinar sobre a conveniência da intervenção proposta - seja no que se refere à relevância do monumento a receber investimentos federais e o uso indicado, seja em relação ao efeito que essas intervenções poderiam causar em longo prazo para a preservação do conjunto – ou ainda, pela política de preservação que estava sendo implementada pelo PCH.

O processo de implementação do Programa nos estados que de início atendia a propostas de restauração de monumentos isolados, passara a evoluir

⁹ Renato Soeiro, presidente do IPHAN, participou como representante do Grupo de Trabalho.

posteriormente para uma estratégia de atuação que considerava conjuntos de monumentos como partes integrantes do contexto urbano ao qual pertencem. Sua ênfase, que objetivava o desenvolvimento socioeconômico das cidades históricas, dialogava, enfim, com os demais assuntos em pauta no período como desenvolvimento urbano, regional e econômico e a tentativa de reverter os desequilíbrios regionais.

Muito interessante perceber que, no processo de instauração do PCH, objetivava-se o desenvolvimento socioeconômico das cidades históricas, estando em sintonia justamente com assuntos em pauta naquele momento, tais como: o desenvolvimento urbano, regional e econômico em um contexto do reconhecimento das consequências do crescimento urbano acelerado e concentrado que refletia territorialmente a má distribuição de renda e os riscos que tal cenário poderia representar ao patrimônio (CORRÊA, 2012, p.121).

Com recursos provenientes do Fundo de Desenvolvimento de Projetos Integrados, o PCH abrangeu inicialmente, os estados da Bahia, Alagoas, Sergipe, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí e Maranhão (SPHAN, 1980, p.38). Em 1977, o Programa foi estendido aos estados do Sudeste e, em 1979, os recursos foram destinados, em parte, ao IPHAN. O PCH apoiou, até o final do primeiro semestre de 1979, juntamente com o IPHAN, nos estados do Nordeste, Espírito Santo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, a realização do total de 143 projetos, abarcando um volume de recursos de cerca de 450 milhões de cruzeiros que - somados aos 210 milhões de contrapartida estadual - totalizaram o volume de 660 milhões (SPHAN, 1980, p.154)¹⁰.

¹⁰ Para se ter uma idéia do valor aproximado da quantia, utilizamos a Calculadora do Cidadão, instrumento fornecido pelo Banco Central. Para a conversão, foi utilizado o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), calculado a partir do mês de abril de 1979. O volume de 660 milhões de Cruzeiros, convertido para moeda atual, corresponde ao valor aproximado de R\$ 182 milhões. Disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADA0/publico/exibirFormCorrecaoValores.do?method=exibirFormCorrecaoValores>>. Acesso em: 14 jun. 2015.

5. Um Balanço das Duas Décadas

Entre os anos de 1967 e 1979, as reuniões do Conselho Consultivo do IPHAN, presidido por Renato de Azevedo Duarte Soeiro, passaram a acontecer nas dependências do prédio sede do Ministério da Educação e Cultura (MEC), no Rio de Janeiro¹¹, e a primeira seção por ele presidida teve lugar em 22 de agosto de 1967. A composição do Conselho mostrava-se bastante heterogênea. Integravam o Conselho especialistas de diferentes áreas como historiadores, arquitetos, artistas plásticos e conhecedores dos acervos de diferentes regiões do Brasil (FONSECA, 2009, p.117). Vários membros do Conselho faziam parte do quadro de outras instituições como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), o Conselho Federal de Cultura (CFC) e a Academia Brasileira de Letras (ABL). Durante o período compreendido entre os anos de 1967 e 1979, o Conselho aprovou o tombamento de 130 bens, dentre os quais 12 conjuntos como já apontado anteriormente. O quantitativo de bens tombados por ano é apresentado na Figura 2 a seguir.

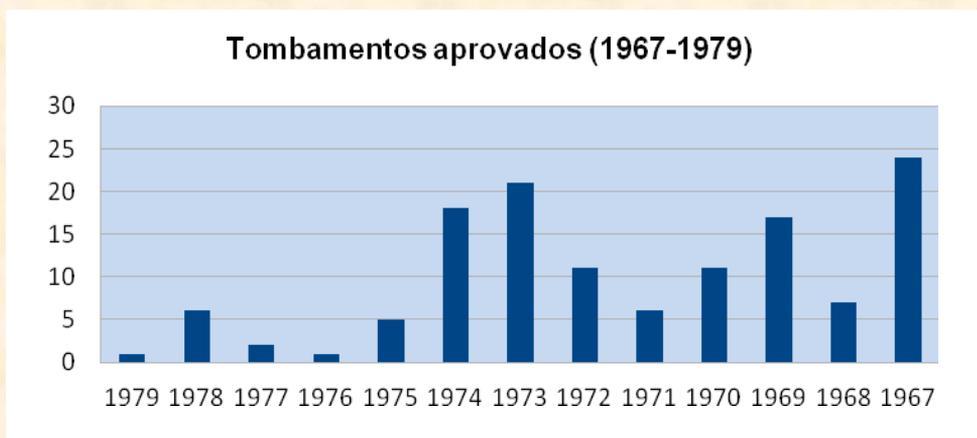


Figura 2 - Tombamentos aprovados (1967-1979). Fonte: Base de dados do Projeto Políticas de Preservação do Patrimônio: uma análise dos processos de tombamento (CMU-MAST).

¹¹ Segundo a Lei nº 378 de 13 de Janeiro de 1937, o Conselho Consultivo deveria ser constituído pelo diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, além dos diretores dos museus nacionais de caráter histórico ou artístico. Complementando este quadro de membros, o Conselho deveria contar ainda com a atuação de dez membros nomeados pelo Presidente da República. Os mandatos eram vitalícios e a função não remunerada (FONSECA, 2009, p.117).

A maior parte dos bens tombados pelo Conselho no IPHAN entre os anos de 1967 e 1979 localiza-se na região Sudeste (79), nos estados do Rio de Janeiro (42), São Paulo (22), Minas Gerais (11) e Espírito Santo (1), seguido pela região Nordeste (36), nos estados da Bahia (14), Pernambuco (12) e Ceará (5) (Figura 3). Juntos, a quantidade de bens tombados na região Sudeste representa o total de 60%, comparativamente à quantidade de bens tombados nas demais regiões, como ilustram as Figuras 3 e 4, a seguir.

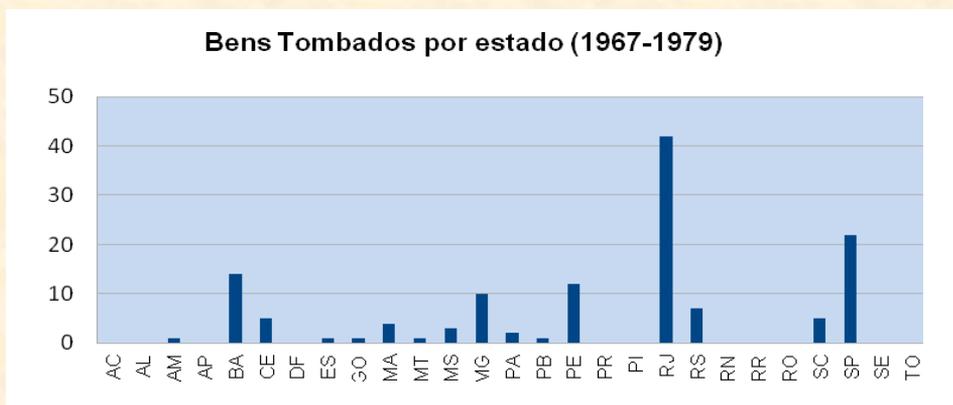


Figura 3 - Bens Tombados por estado (1967-1979). Fonte: Base de dados do Projeto Políticas de Preservação do Patrimônio: uma análise dos processos de tombamento (CMU-MAST).

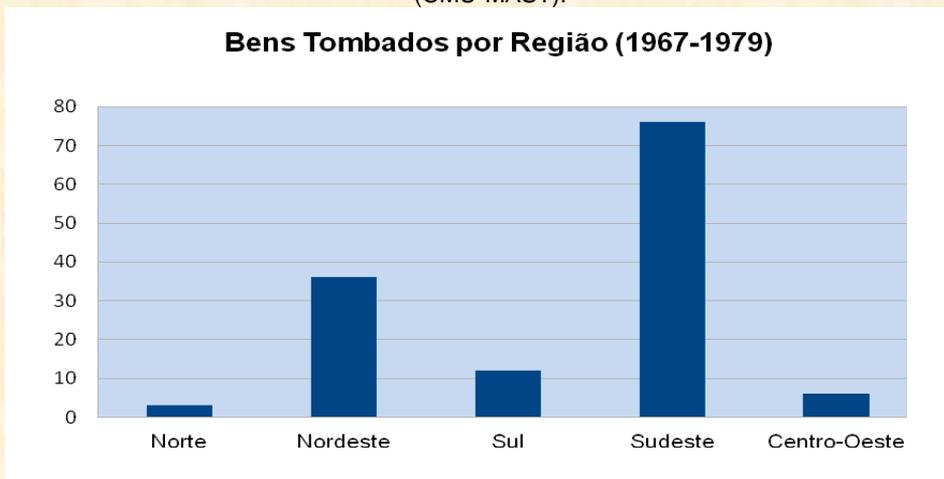


Figura 4 - Tombamentos realizados por região (1967-1979). Fonte: Base de dados do Projeto Políticas de Preservação do Patrimônio: uma análise dos processos de tombamento (CMU-MAST).

Fi

Entre os anos de 1967 e 1979, foram realizadas 40 reuniões do Conselho Consultivo, uma média de 3 reuniões anuais, conforme Figura 5.



Figura 5 - Reuniões do Conselho Consultivo (1967-1979). Fonte: Base de dados do Projeto Políticas de Preservação do Patrimônio: uma análise dos processos de tombamento (CMU-MAST).

O grande número de reuniões ocorreu justamente em 1974 e 1979. Em primeiro lugar, o grande número de reuniões ocorridas nos referidos anos deve-se aos processos de mudanças políticas pelas quais o país passava no momento. É preciso lembrar que, durante o ano de 1974, teve início a gestão do então presidente Ernesto Geisel como já apontado. Em segundo lugar, ocorreu também, no âmbito do Conselho, o processo de discussão sobre a implementação do Programa de Cidades Históricas. No ambiente de suas reuniões, no período compreendido entre os anos de 1967 e 1979, discutia-se o cenário das políticas públicas e os temas relacionavam-se principalmente, aos processos de aprovação de tombamento, seguidos de empréstimos de obras de arte, conforme levantamento realizado a partir dos dados contidos nas atas do Conselho no período e apresentado na Figura 6, a seguir.

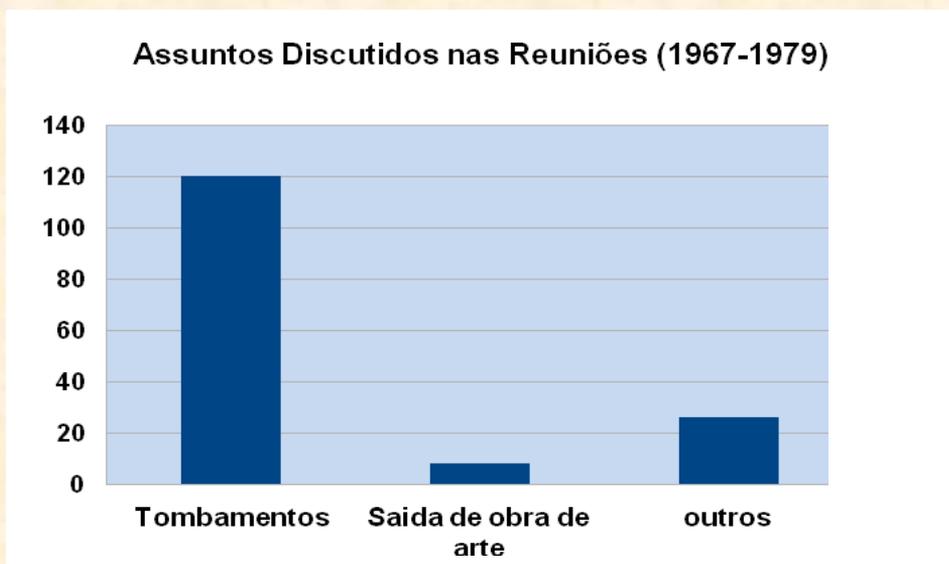


Figura 6 - Principais temas discutidos durante as reuniões do Conselho Consultivo (1967-1979). Fonte: Atas do Conselho Consultivo do IPHAN (Arquivo Noronha Santos).

A partir do quantitativo de bens tombados no período e do espaço ocupado pela temática do tombamento nas reuniões do Conselho, durante as duas décadas em exame, é possível observar que o IPHAN ia acumulando expertise, tendo se destacado como principal instituição na condução das políticas relacionadas à proteção do patrimônio. Neste período, destacam-se a ocorrência do tombamento dos conjuntos urbanos em decorrência das políticas públicas instituídas no período e em especial o intercâmbio sistemático com os organismos internacionais.

6. O Ano de 1979: mudanças de rumos institucionais nas políticas relacionadas à proteção do patrimônio

Em 15 de março de 1979, iniciara-se a última gestão do período militar com a posse do general João Baptista de Oliveira Figueiredo. Na área econômica, concomitantemente às mudanças que iam sendo operadas na política, o período ficou marcado por grave crise que assolou o Brasil e o mundo, com as altas taxas de juros internacionais, pelo segundo choque do petróleo em

1979, a escalada da inflação - que passou de 45% ao mês para 230%, ao longo de seis anos - e com a dívida externa crescente no Brasil que, pela primeira vez, rompeu a marca dos 100 bilhões de dólares, o que levou o governo a recorrer, em 1982, ao Fundo Monetário Internacional (FMI).

Seguindo as transformações na política e na economia brasileira, também na área do patrimônio verifica-se a ocorrência de profundas modificações no sistema federal de proteção ao patrimônio. Ressalta-se aqui ter sido o ano de 1979 determinante para o IPHAN, para o PCH, chegando a se constituir em um marco na trajetória da Instituição e de suas políticas. No dia 27 de março de 1979 o arquiteto Renato Soeiro - que desde 1938 trabalhava no órgão - foi substituído por Aloísio Magalhães, até então coordenador do Centro Nacional de Referência Cultural. Encaminhado pelo então ministro da Educação Eduardo Portella, o decreto 84.198, 13 de novembro de 1979, cria, na estrutura do Ministério da Educação e Cultura, a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, incorporando, dessa forma, o IPHAN, sob sua estrutura administrativa. Além da transformação do IPHAN em secretaria no âmbito ministerial, o mesmo ministro aprova, por meio da criação da Lei n 6.757, de 17 de dezembro de 1979, a criação da Fundação Nacional Pró-Memória, instituição com personalidade jurídica de direito privado, que teria como objetivo contribuir para o inventário, classificação, conservação, proteção, restauração e revitalização dos bens de valor cultural. Ao domínio da Fundação, foram transferidos os bens da União que estavam sob o uso e guarda do IPHAN (SPHAN, 1980).

Dessa forma, a partir do fim do ano de 1979, a responsabilidade pela preservação do acervo cultural e paisagístico do país passou para a então recém-criada Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que passou a se constituir em órgão normativo, de direção superior e coordenação nacional, incumbindo à Fundação Nacional Pró-Memória, como órgão operacional, proporcionar os meios e recursos que permitissem agilizar as ações da secretaria.

Tais transformações operadas no âmbito de uma reforma administrativa alteraram o quadro e os atores nela participantes, sobretudo amparado no decreto-lei nº 200 de 1967, art. 68, que previa uma reforma administrativa no governo federal nas áreas de Educação, Cultura, Desportos e Patrimônio. Tendo em vista a reforma administrativa prevista, uma ampla alteração no âmbito da

área de patrimônio foi realizada em fins da década de 1970, tendo como consequências a mudança na condução do diretor do IPHAN - então Renato Soeiro, tendo sido substituído por Aloísio Magalhães; e, sobretudo, uma mudança na esfera do próprio Instituto, que se transforma em uma secretaria vinculada ao Ministério da Educação e Cultura sob a gestão do então Ministro Eduardo Portella. Todos esses eventos marcaram uma inflexão no escopo da política, tendo introduzido novas diretrizes e atores no cenário público, objeto para outras reflexões.

7. Considerações Finais

A título de conclusão, podemos dizer que a partir da década de 1970, é possível notar um maior direcionamento e melhor gerenciamento dos recursos destinados à área, materializado no PCH e em sua gestão no âmbito da SEPLAN/PR sob a consultoria do IPHAN. No âmbito do IPHAN, ressalta-se a cooperação que a instituição manteve com a Unesco na década de 1960, ajudando no direcionamento das políticas públicas relacionadas à área, contribuindo na criação de normas, discussão dos conceitos e buscando ampliação da consciência e da importância da preservação dos conjuntos no desenho das políticas implementadas. Tal conjunto de ações empreendidas se configura na premissa de que a gestão pública do patrimônio deveria ser compreendida como parte integrante dos recursos econômicos dos países, passando a ganhar cada vez mais espaço nas diferentes conjunturas governamentais e refletindo-se no perfil dos bens tombados.

O tema da formulação e implementação das políticas relacionadas ao patrimônio apresenta inúmeros desafios quando se fala da atuação de seus gestores e, especificamente, do papel do Conselho Consultivo do IPHAN. É possível identificar, por fim, sobre o debate a respeito das políticas públicas, um conjunto de ações cuja abordagem liga o tema da preservação a um projeto de gestão pública comprometido com as reformulações por que passam as arenas públicas e os atores envolvidos com o tema. Nesse ínterim, o Conselho Federal de Cultura e as agências internacionais também tiveram um importante papel nesse processo, ajudando no direcionamento das políticas públicas relacionadas à área, contribuindo na criação de normas, discussão dos conceitos e buscando

ampliação da consciência e da importância da preservação dos conjuntos no desenho das políticas instauradas.

A partir dessa pesquisa, foi possível aprofundar o conhecimento sobre as políticas de preservação do patrimônio brasileiro e problematizá-las. Aos futuros estudos que abordem a temática, trata-se de debruçar-se sobre, pelo menos, duas ópticas críticas principais: Qual o perfil de intervenção estatal no período concernente à gestão de Renato Soeiro? Como se dá o processo de construção do interesse coletivo no âmbito dos dispositivos dos arranjos participativos no âmbito do IPHAN, especificamente em seu Conselho Consultivo? Nesse período, tanto as tensões menos evidentes que perduraram por mais tempo, quanto os conflitos coletivos abertos e suas relações com as formas de mobilização até o fim do mandato do então presidente Ernesto Geisel, em 1979, se apresentam como desafios ao campo do patrimônio.

Referências

BRASIL. *Lei nº 378 de 13 de janeiro de 1937*. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/L378.pdf>>. Acesso em: 19 ago. 2013.

CALABRE, Lia. Políticas e Conselhos: um estudo do Conselho Federal de Cultura. In: CALABRE, Lia. *Políticas Culturais: diálogo indispensável*. Volume II, Rio de Janeiro, Edições Casa de Rio Barbosa, 2008. p.63-77.

CORRÊA, Sandra Rafaela Magalhães. O Programa de Cidades Históricas (PDC): Por uma política integrada de preservação do patrimônio cultural – 1973-1979. *Dissertação* (Mestrado) Arquitetura e Urbanismo - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, Brasília, 2012. Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Santos de Faria.

CHUVA, Marcia R. R.. *Os Arquitetos da Memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (Anos 1930-1940)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

FAUSTO, Boris. *História Concisa do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

FONSECA, Maria Cecília Londres da. Construções do Passado: Concepções sobre a Proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil: anos 70-80). *Tese* (Doutorado) Sociologia - Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília, Brasília, 1994. Orientadora: Prof. Dr. Maria Angélica Brasil Gonçalves Madeira.

_____. Da Modernização à participação: a política federal de preservação nos anos 70 e 80. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 24, p. 153-164, 1996.

_____. *O Patrimônio em Processo*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

IPHAN. Normas de Quito, 1967. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=4677>>. Acesso em: 06 fev. 2015

_____. Carta de Veneza, 1964. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=236>>. Acesso em: 24 fev. 2015.

_____. Homenagem do Conselho Consultivo a Renato Soeiro, 2005. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=363>>. Acesso em: 24 fev. 2015.

RABELO, Sônia. *O Estado na preservação dos bens culturais: o tombamento*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2009.

PEREIRA, Julia Wagner. *O tombamento: de Instrumento a processo na construção de narrativas da nação*. Dissertação (Mestrado) Museologia e Patrimônio - Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, UNIRIO/MAST, Rio de Janeiro, 2009.141p. Orientador: Prof. Dr. José Mauro Matheus Loureiro.

SPHAN. *Proteção e Revitalização do Patrimônio Cultural no Brasil - uma trajetória*. Ministério da Educação e Cultura, Brasília, 1980.